

Autoria, subjetividade e poder: devolução de dados em um centro de saúde na Guariroba (Ceilândia/DF)

Authority, subjectivity and power: data devolution at a primary care unit in Guariroba (Ceilândia/Federal District/Brazil)

Soraya Fleischer¹

Abstract *Devolution, restitution or sharing can mean, within other possibilities, to offer products to participants of a research or an extension project. Far from a new practice in Anthropology, returning results is still unusual, little organized and valued. This paper presents and discusses a devolution experience by an extension project in Anthropology that was developed in a primary care unit in the outskirts of Distrito Federal (Brazil). Local reactions were very different from what was expected by the project's staff, but still permitted dialogue with the health professionals and, more important, deepened our knowledge about work relations in this health institution. Even though IRB approval has been granted, negotiations about starting and continuing academic projects have to be negotiated continuously. Subjectivity, power and authority permeate any anthropological initiative from its beginning and much after it supposedly has been concluded.*

Key words Anthropology, Devolution, Extension, Authority, Ceilândia

Resumo *A devolução, restituição ou compartilhamento pode significar, dentre outras possibilidades, entregar produtos aos partícipes de um empreendimento de pesquisa/extensão. A entrega de resultados não é uma prática nova na antropologia, embora ainda seja pouco usual, sistematizada e valorizada. Neste artigo, relato e discuto uma experiência de devolução de materiais de um projeto de extensão da antropologia, que foi desenvolvido dentro de um centro de saúde, na região periférica do Distrito Federal. As reações aos materiais foram muito diferentes do esperado pela equipe do projeto, mas ainda assim permitiu fazer avançar o diálogo entre os envolvidos e, mais do que isso, permitiu que o conhecimento sobre as relações de trabalho dentro dessa instituição de saúde fosse aprofundado. Não é somente porque foi logrado o aval de comitês de ética que as negociações sobre a entrada e permanência em projetos acadêmicos estão garantidas continuamente. As relações de subjetividade, poder e autoria permeiam qualquer iniciativa antropológica, antes de começá-la e muito depois de, supostamente, terminá-la.*

Palavras-chave Antropologia, Devolução, Extensão, Autoria, Ceilândia

¹ Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte. 70910-900 Brasília DF Brasil. fleischer.soraya@gmail.com

Introdução

Desde 2008, temos realizado pesquisas na área da antropologia da saúde na Guariroba, um bairro histórico e popular na Ceilândia, a maior e mais populosa cidade do Distrito Federal. Ora estamos nas casas, ruas e estabelecimentos comerciais do bairro, ora estamos nas instituições de ensino e saúde que ali foram alocadas desde o início dos anos 1980. Quando digo “nós”, refiro-me às diferentes e sucessivas equipes de graduandas que tenho coordenado em projetos de pesquisa e de extensão na região. Essas iniciativas têm se convertido em experiências de formação profissional, em monografias de conclusão de curso, bem como em artigos sobre doenças de longa duração e envelhecimento. No início de 2011, a diretora de um dos 12 centros de saúde da Ceilândia, observando nossa presença no local, convidou-nos a conversar. Ela nos apresentou o pleito de “conhecer e ajudar a reverter” o quadro de adoecimento laboral. Frequentando o local desde 2008, ouvimos vários relatos de que, entre as cerca de 70 funcionárias da instituição, era alta a incidência de licenças e abonos por “questões de saúde”, consumo de calmantes, alcoolismo e tentativas de suicídio. A rotina intensa e precária de trabalho (falta de material, baixos salários, infraestrutura deficitária e desatualizada), o contato com sofrimentos das pacientes e conflitos interpessoais com outras colegas, e também com pacientes, estavam entre as principais explicações para o que denominavam de adoecimento laboral (Opto pelo plural feminino em virtude de a grande maioria, tanto das estudantes quanto das funcionárias do centro de saúde, ser composta por mulheres).

Elaboramos, a partir desse pleito, um projeto de extensão e envolvemos estudantes de Antropologia e funcionárias do local. Desenhamos o projeto, a partir de conversas e reuniões com essas funcionárias, de modo que, na primeira parte, entrevistas individuais seriam realizadas com essas pessoas e, numa segunda e última parte, sugestões a partir da análise do material poderiam se transformar em atividades a serem testadas e, se exitosas, incorporadas pela equipe do centro de saúde em questão. Infelizmente, após a apresentação do relatório referente à primeira parte, em que as sugestões de atividades foram esboçadas, a equipe se retraiu e não levou adiante a subsequente etapa do projeto. Contudo, como as limitações desse projeto de extensão foram discutidas alhures¹, neste artigo, o propósito será tomar uma curta e inesperada etapa do projeto

para refletir sobre as práticas de devolução dos resultados da pesquisa.

Na primeira etapa do projeto, foram realizadas 29 entrevistas com as funcionárias do centro de saúde. Um roteiro de perguntas foi elaborado e as conversas foram gravadas em áudio, degredadas e lidas pela equipe de pesquisadoras. Essa leitura implicou em sublinhar trechos especialmente significativos e organizá-los em “núcleos de sentidos”², que foram discutidos pouco a pouco em reuniões semanais com as pesquisadoras, para avançar no entendimento sobre o adoecimento laboral. Ao final, cada uma das entrevistas foi impressa, recebeu uma folha de rosto com as informações gerais do projeto e foi devolvida às participantes. A ideia era poder retribuir com um material gerado pelo projeto. Além disso, como o projeto tratava de registrar a memória individual e institucional, a entrevista impressa seria uma forma de estas 29 pessoas terem, por um lado, um registro de sua participação no projeto, e, por outro, um material reflexivo sobre seu local de trabalho. À época, eu cogitava que a oralidade, tão passível de dispersão e esquecimento, poderia ser perenizada de alguma forma na linguagem escrita e impressa. Ademais, pelo fato de se tratar de atividade de extensão, cada etapa deveria ser discutida com as funcionárias do centro de saúde, a fim de gerar diálogo e acúmulo que poderia se reverter em novos dados e avanços para o projeto. Não imaginava que essa devolução de entrevistas individuais abriria uma possibilidade de interlocução tão intensa. De fato, estas repercussões inesperadas foram uma oportunidade para pensar a antropologia, as antropólogas e os serviços de atenção básica. A seguir, apresento as principais reações à devolução da entrevista para, ao final, discutir os potenciais aprendizados dessa experiência à prática antropológica. Não é somente porque já logramos o aval de comitês de ética e das autoridades institucionais para fazer pesquisa que as negociações sobre nossa entrada e permanência como pesquisadoras estão garantidas continuamente³. As relações de poder e autoria permeiam qualquer pesquisa antropológica, antes de começar e muito depois de, supostamente, terminar. Aqui há, portanto, uma discussão de fundo bastante corriqueira na Antropologia e que pode ser útil a outras áreas também, como as da saúde, conhecidamente permeada por projetos de extensão, rituais de compartilhamento de resultados e, também, de relações hierárquicas. Em geral, sigo pela orientação geral de que “a pesquisa antropológica ou qualitativa valoriza a compreensão dos processos e não apenas dos resultados”³.

O ritual de devolução das entrevistas

A devolução, restituição ou compartilhamento, como nos lembra Rial⁴, pode significar entregar produtos e materiais às partícipes do empreendimento de pesquisa/extensão e/ou divulgar os resultados do mesmo para públicos mais amplos ainda. No caso aqui relatado, determinei no primeiro formato. A entrega de resultados não é uma prática nova na antropologia, embora ainda seja pouco usual, sistematizada e valorizada⁴. Ainda assim, noto diferentes estratégias para fazer chegar aos interlocutores o que os antropólogos pensaram e escreveram a respeito da convivência que com aqueles mantiveram. Experiências de antropologia visual⁴, de pesquisa compartilhada⁵, de troca de textos⁶ ou o tradicional oferecimento dos produtos publicados⁷ são exemplos nesse sentido. O debate sobre a devolução de dados é motivado por diferentes aspectos, como a crítica aos moldes colonialistas e objetificadores do início da disciplina, o compromisso e acordos estabelecidos entre partícipes da pesquisa, a revisão continuada de nossa prática profissional, as possibilidades de tradução aplicada do conhecimento por nós facilitado etc. Sugiro que prever, executar e refletir sobre as fases posteriores de um projeto são ações que devem ser integradas à reflexão antropológica e, no cenário que aqui discuto, fica-me ainda mais claro que “posterior” é um qualificativo relativo e questionável. Para nós, talvez seja “devolução”, para as pessoas, que nem sempre imaginam quando começam e terminam nossos propósitos etnográficos, talvez seja apenas mais uma etapa de diálogo.

Durante o projeto de extensão na Guariroba, as 29 pessoas receberam suas entrevistas em envelopes individuais das mãos da pesquisadora que conduziu a entrevista, evitando deixar a entrevista com colegas de trabalho, para não violar a privacidade. Explicamos que, resguardado o sigilo (com o uso de pseudônimos e descontextualização), as partes sublinhadas das entrevistas eram centrais a nosso ver e, por isso, tendiam a subsidiar nossas análises. Várias pessoas apenas agradeceram pela entrevista. Outras pessoas, ao esbarrarem conosco pelos corredores, disseram ter apreciado a leitura. Algumas pessoas criticaram trechos específicos. Por fim, algumas pessoas pediram expressamente que sua entrevista não fosse divulgada, pois acreditavam que mesmo de forma velada, pudessem sofrer consequências naquele ambiente de trabalho, na Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Distrito Federal (SES/GDF), ou mesmo no bairro onde o centro

de saúde estava localizado. Vale ressaltar que essas reações vieram de pessoas das áreas mais periféricas do centro de saúde (considerando que as chefias e as médicas, seguido das odontólogas, farmacêuticas e demais portadoras de diplomas universitários, detinham posições mais prestigiadas ali dentro). Por exemplo, uma era do quadro de profissionais de nível superior, mas não privilegiada como a clínica médica. Outra era do Programa Agentes Comunitários da Saúde (PACS), notadamente desvalorizado nos últimos anos no Distrito Federal. Várias delas eram funcionárias de longa data na SES/GDF, mas só com escolaridade técnica. A maioria tinha crescido ali mesmo no bairro da Guariroba, sido atendida na infância e juventude naquele centro de saúde onde agora trabalhavam. (Para efeitos de contraste e contexto da relação empreendida em campo, a equipe de pesquisadoras foi composta por cinco graduandas do curso de Antropologia bastante jovens e mais escolarizadas em relação à maior parte das funcionárias; mas semelhantes em termos de cor de pele – parda –, local de moradia – regiões administrativas não centrais no DF –, e origem familiar – pais e mães migrantes nordestinos). Ao que parece, quanto mais rebaixada na hierarquia institucional, mais essas mulheres temiam a exposição e a represália, mais atentavam para a exatidão do que era dito, escrito e circulado. Assim, não me parece uma surpresa que pessoas do quadro da direção do centro de saúde nada tenham dito sobre as entrevistas impressas que lhes devolvemos.

Desde o início, estas pessoas sabiam que falavam em um contexto de um projeto de pesquisa e extensão, que haviam assinado um contrato (TCLE), que existiam um gravador e um roteiro de perguntas e que não éramos pessoas daquele centro de saúde – aspectos que poderiam lhes lembrar da situação atípica e artificial da entrevista. Essas funcionárias já haviam observado a presença de muitas outras pesquisadoras no local, já que a Universidade de Brasília e Universidade Católica de Brasília têm a Ceilândia como “território” de pesquisas em saúde. Ainda assim, questionaram os dados que lhes apresentamos. Estavam acostumadas a ser entrevistadas por pesquisadoras, mas muito raramente haviam tido acesso aos subsequentes relatórios finais, artigos ou livros publicados ou às aplicações diretas sobre o oferecimento dos serviços naquele centro de saúde. Viam os *banners* com “resultados” das pesquisas, que esporadicamente eram afixados às paredes do local. Nunca mais reencontravam a pesquisadora ou sequer sabiam no que aquela

pesquisa tinha se tornado. Avento que elas esperavam que, findo o projeto, desapareceríamos como em projetos anteriores e por isso se surpreenderam quando retornamos com as entrevistas. Foi, portanto, uma oportunidade de entender as imagens de “pesquisa”, “extensão” e “projeto” em um serviço de atenção básica.

Pedir para não citar certos trechos, sugerir a correção dos “erros” e discordar do texto degradado foram as reações mais comuns encontradas nessa etapa da devolução das entrevistas, relatadas ao longo das reuniões semanais de nossa equipe. Inspirada por Franchetto⁸, aqui também estou a falar de “concomitantes e contraditórias representações da escrita”. Na seção seguinte, discuto os três tipos de reação com mais vagar. O que poderia ter ficado como uma etapa espinhosa do projeto, simplesmente guardada na memória ou no diário de campo, passou a dado de pesquisa e oportunidade epistemológica. O potencial metodológico e ético que guardam parece produtivo para pensar nossas práticas de pesquisa e interações em campo. As demandas dessas funcionárias se mostraram inteiramente legítimas e apontam para problemas intrínsecos e persistentes de nossas pesquisas.

Problematizando as reações diante das entrevistas devolvidas

a) “Não cite esse trecho sublinhado”

Algumas funcionárias nos procuraram e apontaram trechos sublinhados que não deveriam ser divulgados em nossos relatórios. Desautorizar o uso desses trechos reforça a dimensão de autoria, mas pode também indicar que, após o dito, talvez não concordassem tanto com a própria ideia, agora na forma do escrito. Aqui, fica clara a relação de poder estabelecida pelas antropólogas com gravador e impressora em punho: a partir da materialidade de uma entrevista degradada, fica muito mais difícil para as interlocutoras voltarem atrás, se desdizerem, mudarem suas opiniões. Imprimir um texto é fazer as ideias passarem a existir de modo mais perene. Assim, acreditando na fidedignidade da gravação, a entrevistada se sentia impedida de voltar atrás no que dissera durante a entrevista e acreditava que só podia negociar a etapa de divulgação dessas ideias. Ao pedir a não divulgação, elas estavam retirando o consentimento e, em nossos relatórios, esses trechos desautorizados não foram incluídos.

Fui entendendo também que a opção por sublinhar alguns trechos pode ter gerado um clima

de suspeita, já que ressaltou justamente frases que centralizavam opiniões e, sobretudo, dilemas sobre trabalhar naquele centro de saúde. Ao sublinharmos, ficou evidente para essas entrevistadas o que nós – a partir de parâmetros das Ciências Sociais – elegemos como importante em seu discurso o que talvez não correspondesse ao que elas julgavam como prioritário – a partir de sua prática de trabalho com profissionais de saúde. O texto devolvido e devidamente sublinhado comunicou a sensação de estranhamento sobre nossa presença e constante observação ali dentro. Elas pareciam nos sugerir que a situação de entrevista poderia acontecer em uma atmosfera íntima e até catártica que tendia a se esvaír num documento escrito.

A reação delas me faz pensar que nossa prática estabelece um jogo ambíguo. Se tivéssemos entregado as entrevistas sem marcas, uma troca de impressões livre da contrição inicial feita pelas pesquisadoras poderia ter acontecido. Por outro lado, eu tive a intenção de explicitar cada etapa do projeto para apresentar às participantes o *nosso modus operandi* e assim aproximar as duas práticas de trabalho que estavam a dialogar – uma produzida num centro de saúde e outra, numa universidade. Só depois, finda a pesquisa e escrevendo esse artigo, eu fui entender que devolver as entrevistas impressas e marcadas poderia interferir no *modus operandi* delas. Ao retirar o consentimento e rever os termos da relação conosco, elas estavam nos mostrando outros aspectos importantes, não percebidos por nós. Aqui, aos poucos vou tentando chegar a esse ponto.

b) “Eu não falei com esses erros de português assim!”

Numa entrevista, navega-se pela oralidade, com toda a riqueza da espontaneidade. O pensamento começa a se linearizar na fala, mas ainda guarda imprecisões, reviravoltas, relocalizações. Falar é, sobretudo, ensaiar, de forma tentativa e cambiante. E, claro, quando falamos não estamos totalmente preocupadas com a precisão da “norma padrão”. Contudo, uma degravação literal irá incluir tanto essa despreocupação quanto essa imprecisão. E algumas interlocutoras não se reconheceram na degravação literal de sua entrevista. Esse grupo não tinha por costume ter sua voz transformada em texto e, mesmo que tenhamos deixado claro no início que as entrevistas iriam ser degradadas, agora entendo que essa explicação não fez total sentido, não era prática comum naquele local. Esse grupo reagiu a dois aspectos. Primeiro, elas disseram não se reconhecer como

“autoras” do texto escrito, embora se identificassem como autoras das ideias trocadas durante a entrevista – propondo que ampliemos a ideia de autoria quando se trata de materiais de natureza distinta. Segundo, insinuavam que esse cenário da devolução tinha um quê de traição, afinal, “a transcrição do enunciado, tornado texto, perde parte de seu sentido”¹⁰. As pesquisadoras haviam “alterado” o meio da conversa sem que esse procedimento tivesse sido totalmente comunicado por nós ou compreendido por elas.

Há aqui um dilema entre a oralidade e a escrita. A oralidade acontece a todo momento, de improviso, de supetão. Mas quando se grava em áudio e depois se degrava esse conteúdo, a oralidade é registrada, vira um texto por um ato de poder da pesquisa. Há aqui uma inquietação ética e metodológica sobre a técnica da entrevista, afinal ela simula uma conversa, mas a degravação comprova que não⁸. Ela traz de volta a sujeição das participantes ao poder das pesquisadoras. Gravar capta e cristaliza o oral, com todas as marcas características dessa forma de comunicação. Argumentamos com essas pessoas que a oralidade tem uma especificidade em relação ao escrito e, que, a nosso ver, não é algo menor¹¹. Esse estranhamento apresentado em campo me faz lembrar o quanto a antropologia se apegava à forma nativa de dizer as coisas, como se, ao optar pela literalidade, estivesse mais próxima de um mitificado ideal de verdade, autenticidade, originalidade¹². Mas essas interlocutoras não aceitaram as explicações da antropologia. Elas explicaram que o que está escrito é documento, é oficial, é perenizável. Um “erro” de concordância verbal, por exemplo, que pouco denigre se dito numa reunião, muito atestará contra a competência desta funcionária se aparecer impresso num ofício. Essas pessoas pediram que o texto da entrevista fosse padronizado conforme a norma gramatical do português e assim foi feito com todos os trechos citados no relatório final.

Essas interlocutoras lembraram que, conforme a lógica daquele mundo, a entrevista ao virar papel se transformava em documento. Esse grupo explicava que essas entrevistas haviam surgido e continuariam a existir dentro daquele centro de saúde mesmo após a nossa saída. Um conflito, que aparentemente se refere à forma do texto, revelava sentidos invisíveis sobre as regras e hierarquias da saúde pública. Ideias, opiniões e análises feitas individualmente em uma entrevista, por exemplo, seriam muito frágeis se não estivessem investidas como “memorandos”,

“prontuários”, “dossiês” etc. Dentro da hierarquia estatal, a opinião individual pode criar ou acirrar conflitos interpessoais e gerar, assim, novo processo de adoecimento laboral. Além disso, ao pedir que o escrito se padronizasse, essas funcionárias nos alertavam para a possível estigmatização que poderiam sofrer ao ficarem patentes, no texto impresso, as diferenças com que usavam a língua portuguesa em sua expressão oral⁹. Como bem lembra o autor, enquanto a fala é polissêmica, a escrita é uma caricatura com potencial de classificar entre “quem sabe” e “quem não sabe”. Deixar essas diferenças aparentes ajudaria a reforçar o prestígio social das chefias daquele lugar que, em geral, se afirmavam pelo uso “correto” da língua em seus documentos (ibid). Aos poucos, orientada pelas reações dessas mulheres, fui entendendo que não foram medidos os riscos que a devolução desse material poderia gerar.

Foi aventada uma solução: inserir colchetes por parte da equipe para deixar o texto mais fluido e sem “erros” gramaticais. Mas uma das pesquisadoras ponderou que os colchetes seriam uma marca visível de nossa correção do texto nativo. Nossa voz de pesquisadoras pairaria como superior, ao sobrevalorizar a “norma padrão” e ao operar tal correção. Se, por um lado, os colchetes deixam clara a autoria da fala, evitando intromissões das antropólogas na voz alheia, por outro lado, explicita quem, onde e porque se altera o texto. Para a Antropologia, tradicionalmente, respeitar é garantir a fidedignidade da voz dos outros, durante a entrevista ou depois. De forma diferente, essas pessoas mostraram que corrigir o texto da entrevista não era mero preciosismo e apreço pela língua portuguesa. Mas se tratava de uma adequação às estruturas institucionais, revelando claramente que a preocupação da antropologia com o fidedigno nem sempre contempla um cuidado ético, mas é simplesmente uma prática científica e, desse modo, pode se tornar externa ao encontro entre duas mulheres e, também, ao se alinhar ao prestígio advindo da “norma padrão”, pode simplesmente reforçar hierarquias. Respeito, nesse contexto, elas nos explicaram, seria não evidenciar ou exponenciar a desigualdade entre o formal e o informal, entre o acadêmico e o não acadêmico, entre “nós” e “elas”. Assim, estavam a nos falar de seu mundo e das habilidades que precisavam desenvolver para sobreviver em um ambiente eivado de poder. Hoje percebo que tanto a literalização do oral quanto o artifício dos colchetes poderiam ser novas modalidades de violência naquele campo.

c) “O que eu disse não foi isso que está aqui. Eu disse de outro jeito. Está errado do jeito que está aqui. Quem transcreveu, transcreveu errado”

Até aqui a entrevista transcrita foi tida como legítima, tanto como metodologia quanto como resultado impresso, já que, no primeiro caso, foi pedido para que trechos não fossem citados e, no segundo, para que outros tivessem a língua portuguesa “corrigida”. No terceiro pleito que nos foi dirigido a partir do ritual de devolução, houve uma clara contestação da veracidade original da gravação e/ou da competência do trabalho da de-gravação. Esse pleito descortina nossa crença nos aparelhos de gravação de áudio e vídeo e também na própria capacidade de ouvir e compreender o discurso oral e depois passá-lo ao discurso escrito. Também exige que se leve a sério os trechos tidos como “inaudíveis”. Em todas as entrevistas, houve trechos que não ficaram claros o suficiente para serem transcritos, por problemas do aparelho, do timbre de voz e tipo de dicção da participante, da acústica ambiente, da capacidade auditiva das pesquisadoras. Por vezes, outra pesquisadora da equipe fez uma segunda audição. Se ainda restassem dúvidas, a praxe foi simplesmente sinalizar [trecho inaudível] e seguir com a de-gravação. Nossas entrevistadas nos instigaram a desnaturalizar nossas técnicas de pesquisa. Pesquisadoras e seus aparelhos são falíveis, por conseguinte os textos resultantes são parciais e tudo isso pode ter repercussão para as pessoas com quem convivemos em campo.

Os trechos tidos como “errados” foram assinalados por essas entrevistadas e, nesse momento, foram elas a nos devolverem as entrevistas para que fossem retificadas. Assim o fizemos e a próxima versão impressa da entrevista que lhes entregamos seguiu sem “erros”, nos moldes em que haviam nos requisitado. Um vai e vem de ditos e escritos, à primeira vista, pode revelar certo litígio e desconfiança, mas pode também reforçar o diálogo dentro do projeto. Percebo que essas reações todas nos apresentaram chances de adensamento dos laços em campo e da possibilidade de aproveitar aportes etnográficos inesperados, sobretudo sobre os trechos discordantes e a eventual intenção de silenciá-los, de nossa parte (com os colchetes de justificação como “inaudível”) ou da parte delas.

Houve um pleito semelhante que não se referiu à língua portuguesa, mas ao conteúdo da entrevista transcrita. Uma enfermeira convidou um dos pesquisadores à sua sala e disse, “Em alguns trechos aqui, eu me expressei mal. Está dito

de forma errada. Estou me corrigindo e gostaria que vocês corrigissem também”. No verso de uma folha de receituário, anotou tudo que julgou precisar de retoques. Mas aqui não foi atribuída responsabilidade externa: “Se está gravado, é porque fui eu que falei. Eu falei desse jeito que está aí”, ela reforçou na ocasião. Também é interessante notar o que foi anotado no receituário. Por exemplo, os nomes de duas ex-diretoras do centro de saúde tinham sido confundidos durante a entrevista. Essa senhora, já na casa dos quase 60 anos e perto da aposentadoria, nos mostra como acreditou nos aparelhos, fenômeno notado em relação a outros equipamentos que perscrutam o humano¹³. Ou, ao menos, ela não desejou confrontar diretamente o trabalho de de-gravação da equipe, afinal este não é um erro que poderia ter sido feito pelas pesquisadoras, pouco familiarizadas com as sucessivas gestões do centro de saúde.

Aqui, a interlocutora percebeu que, diante da sua entrevista de-gravada, por um lado, estava de posse de algo que ela também ajudara produzir e, por outro lado, que havia a chance de rever esse texto. Assim, percebeu também que havia abertura para o diálogo com a equipe, que havia uma percepção comum sobre a transitoriedade desse material e que compartilhávamos do pressuposto da construção coletiva da interpretação. Dessa forma, diante do pleito dessa senhora, penso as negociações em campo em termos de sucessivas aproximações, mas também de possíveis desconfortos que podem ser gerados pelo encontro etnográfico¹⁴. Atentar para ambas facetas se torna requisito ético fundamental em nossa prática como pesquisadoras.

Aprendizados ao fazer antropológico

Após esse conjunto de reações, meu primeiro impulso à época foi questionar a estratégia de realizar, sublinhar e devolver entrevistas. Se tivessem recebido somente o relatório, essas pessoas talvez identificassem os trechos de suas entrevistas, mas estariam dentro da análise contextual elaborada por nós, em vez de perceberem trechos evidenciados e potencialmente comprometedores nas de-gravações individuais. Mas, por outro lado, elas teriam acesso somente a um tipo de contexto, aquele criado para fins do relatório, e não de outro contexto, aquele em que sua ideia surgiu na entrevista. Também cogitei posteriormente se entrevistas foram, de fato, a melhor abordagem metodológica ao tema da encomenda. Talvez consultar as fichas funcionais, encontrar e conversar com as funcionárias fora do ambiente de

trabalho, realizar observação das práticas de trabalho, por exemplo, ajudassem a chegar ao adoecimento laboral de forma menos ruidosa.

Mesmo com repercussões inesperadas, percebo que devolver as entrevistas nos fez pensar em vários aspectos pouco visíveis e dizíveis sobre o fazer antropológico. Houve aqui uma boa oportunidade epistemológica ao se revelarem tão problemáticas as práticas que por nós são tidas como tão banais. No caso do ritual que ensinamos, uma nova rodada de negociações tomou corpo e nos provocou com inesperadas questões éticas, políticas e metodológicas. A seguir, discuto alguns dos principais aprendizados que essa experiência deixou, na certeza de que ainda há outros por elaborar.

Primeiro, essas pessoas refletiram sobre sua própria palavra e, sobretudo, sua posição dentro do centro de saúde. Assim, esse diálogo sobre as entrevistas pode ser considerado um mútuo processo pedagógico e político de como é trabalhar em um centro de saúde e de como é fazer antropologia. Parece que elas perceberam que ler e retificar as entrevistas constituía um momento de posição e de decisão. Diferente do que essas personagens subalternas enfrentavam diariamente nesse local de trabalho, na relação conosco, tiveram a chance de comunicar como queriam ser tratadas e retratadas nos textos, ou, numa perspectiva mais pessimista, simplesmente reproduziram o tipo de veto que naquele espaço era corriqueiro. Notei várias ocasiões em que essas pessoas sentiram o veto em direção contrária, frequentemente tendo os papéis como foco das cizânias. Era inadmissível, por exemplo, que papéis figurassem nos murais das salas e corredores com rasuras. Era frequente como funcionários do corpo administrativo reclamavam das antigas máquinas de escrever que ainda persistiam no local, numa clara alusão à dificuldade de corrigir erros nos documentos produzidos, exigindo, muitas vezes, que fossem totalmente redatilografados. Dentre uma miríade de papéis, era notório como só algumas pessoas poderiam acessar, assinar e despachar certos tipos, como os receituários de medicamentos (médicos), as requisições de medicamentos (farmacêutico), as autorizações de férias e abonos (diretora) etc. Prontuários, ainda quando em sua versão impressa, eram formados por acréscimos paulatinos de papéis escritos, assinados e carimbados por várias pessoas e sempre passíveis de leitura e – pior – de correção retrospectiva por parte das chefias. Assim, para além do projeto de extensão, nossas interlocutoras nos contavam sobre a centralidade do poder

e dos documentos em seu espaço de trabalho. Mais do que isso, elas me provocavam a perceber o quanto o nosso ethos – ao embalar histórias em roupagens antropológicas e, nesse caso, escritas – poderia classificar narrativas em versões mais ou menos sofisticadas, contribuindo para manter um abismo entre o falado e o escrito, entre quem conta e quem publica⁸. Ao colocar em prática uma “ditadura grafocêntrica”⁸ no ritual de devolução de entrevistas degravadas e impressas, estávamos por contribuir com a alteridade subalterna já existente dentro daquele centro de saúde.

Segundo, todas as demandas ouvidas nesse centro de saúde foram úteis para revermos nossa participação e também os dados que ajudamos a construir. Estamos acostumadas a pensar como “nossos” os materiais de pesquisa, sobretudo os diários de campo. Por isso a cautela em lidar com os mesmos. Creio que, de um lado, as funcionárias desse centro de saúde nos mostraram como não devemos ter plena decisão sobre os materiais gerados, sobretudo porque perceberam que somos ativas demais ao ler, selecionar, sublinhar, analisar, escrever e divulgar sobre o que elas nos contaram; mas que devemos assumir mais responsabilidade sobre os resultados gerados, devolvidos e divulgados. Sugiro, portanto, que os materiais etnográficos possam ser de construção e também de propriedade coletiva, considerando inclusive as leitoras que iniciarão uma nova rodada de diálogos com o texto apresentado.

Terceiro, esse ritual de devolução instaurou um debate sobre autoria, intersubjetividade e, finalmente, poder. Elas nos informavam se poderíamos ou não usar as entrevistas como material de reflexão. Isso quer dizer que uma interlocutora pode dizer que não posso escrever e divulgar a etnografia sobre ela? Que mesmo dando acesso inicial à sua vida e ideias, a análise e a divulgação posteriores também precisarão ser negociadas? Que o costume na antropologia tem sido o de não trazer à baila as negativas recebidas em campo? (A colega antropóloga Gretel Echazú me lembrou que Miriam Grossi comentou sobre “o curriculum vitae oculto”¹⁵, no qual todos nossos projetos rejeitados, os fracassos, as negativas, os des-andamentos de nosso trabalho ficassem registrados. Tudo aquilo que não se conta. Echazú pergunta, será que a antropologia é realmente “viciada em sucesso”?). Por fim, a quem pertence uma entrevista? Claro, há a pessoa que viveu a história narrada e se disponibilizou a contá-la. As ideias, opiniões e vivências são dela. Mas e a narração sobre as mesmas, já que esse corpo de experiências foi repensado, organizado, articula-

do mediante as perguntas da pesquisadora? Claro que esse processo comunicativo poderia ter acontecido sem a presença da pesquisadora, da pesquisa, do roteiro de perguntas, do gravador, do *setting* de entrevista etc. Mas, de alguma forma, a presença da pesquisadora ajudou para que essa experiência fosse contada mais uma vez e, assim, linearizada. (Essa suposta linearização de uma experiência pode ganhar ares terapêuticos intensos para a entrevistada, como nos lembra Maluf⁶, também no contexto de uma pesquisa antropológica). Ao final, a entrevista não seria de propriedade das duas partícipes, entrevistadora e entrevistada? Esse produto foi construído a muitas mãos e só existe porque as duas partes se encontraram e se dispuseram a permanecer juntas por algum tempo (e depois uma terceira parte se dispôs a transcrever e uma quarta parte se interessou em ler o resultado etc.). Essa ponderação tem lugar porque ao editar ou proibir a veiculação de trechos da entrevista, as entrevistadas estavam reivindicando a autoria exclusiva daquele texto que foi oral e depois também escrito. Nesse movimento, estavam equivalendo uma entrevista – que implica em um diálogo – a um monólogo. O fato de estas interlocutoras nos dizerem o que desejavam ver publicado ou não era uma inversão do jogo, já que demandavam para si o papel que os pesquisadores têm assumido sozinhos a partir do material que angariam em campo.

Quarto, muito usado nas pesquisas das áreas da saúde, o TCLE geralmente é condicionante na aprovação dos projetos de pesquisa que são submetidos aos CEPs. Em geral, é apresentado à interlocutora no *início* da convivência e pretende esclarecer como a pesquisa será conduzida. Mas, nesse projeto ficou claro que, usado dessa forma, o TCLE se transformaria em uma espécie de “cheque em branco”, assinado pela interlocutora antes mesmo de saber o que por ela seria dito na situação de entrevista. Assim, uma medida tomada foi falar do Termo antes, mas só oferecê-lo para assinatura depois da conclusão da entrevista. Assim, no início, a pessoa saberia de um documento a mediar aquela relação e que, depois de ter clareza sobre o que fora dito, poderia avaliar se autorizaria ou não o uso de sua prosa. Assim, o Termo não é a primeira nem a última instância de negociação de acesso ao campo. Foi parcimoniosa nossa aceitação pelas anfitriãs, à medida que elas foram entendendo o que por nós estava sendo proposto. Negar o uso de certo trecho, exigir correções linguísticas ou questionar a qualidade dos equipamentos e daquelas que os utilizaram são exemplos de sucessivas negociações e autori-

zações que foram estabelecidas conosco, na etapa em que análise e veiculação dos resultados começavam a acontecer. Esta experiência na Guariroba reforça as sérias limitações do TCLE que outras pesquisadoras têm apontado¹⁷⁻¹⁹, e, se for mesmo necessária sua utilização, deve permanecer em constante avaliação e aperfeiçoamento, inclusive levando a sério que outros Termos precisarão ser assinados nas demais etapas de um projeto, como parece ter sido a sugestão de nossas interlocutoras nesse centro de saúde. Em última instância, inclusive, talvez devamos optar por descontinuar o uso do TCLE em muitas situações²⁰.

Considerações finais

Marcel Mauss²¹ foi um importante antropólogo que nos ensinou como a força mágica repousa no princípio básico do contágio: uma vez ligado a alguém, aquele objeto (ou ideia) para sempre estará em contato com esse alguém. Essas funcionárias na Guariroba nos interpelaram, ao tratar de forma ciosa as entrevistas e os trechos sublinhados, e ao nos provocar a pensar que o “material de campo” não é inteiramente “nosso”, mas tampouco inteiramente “delas”. Esse encontro e diálogo – sempre uma negociação e renegociação – é o que permite a construção do dito “dado antropológico”.

A confiança estabelecida entre entrevistadora e entrevistada fica mais clara e viva no momento do enlace da conversa. É a *relação* que embalou e construiu a possibilidade de esse diálogo acontecer e a entrevistada poder contar histórias, intimidades, fofocas, desabafos e sofrimentos. São segredos que nos foram revelados sob regime de confiança. Depois disso, ao se deparar, por exemplo, com aquela mesma conversa em papel, a interlocutora vacila: a relação de confiança inicial está mais difusa e distante. Essas interlocutoras, ao guardar na memória o encontro e ao não nos encontrar tão constantemente no futuro, não têm garantia de que a relação social que conferiu sentido àquele diálogo vai ser respeitada. E talvez aí resida o medo de que a confiança inicial não acompanhe os produtos posteriormente gerados. Devolver esse material me comunicou não só sobre as opiniões e táticas realizadas por essas mulheres, mas, de forma mais ampla, sobre aquele local de trabalho em específico e sobre que tipo de papéis podem virar documentos numa instituição de saúde. Os pleitos de edição, correção e supressão por parte dessas funcionárias revelaram como a relação de confiança era ainda

inicial, instável e brotante, carecendo de novas e reiteradas manifestações para ser consolidada. No estranhamento que revelaram diante de nossa forma de trabalhar e ao indicarem como as relações de pesquisa também precisavam seguir as relações daquele espaço, conhecemos não só como definiam “pesquisa”, mas os valores que norteavam os contatos cotidianos dentro do centro de saúde como, por exemplo, confiança e desconfiança; tempo e convivência; transparência e fofoca. Essa etapa do projeto, portanto, contribuiu para aprofundar nosso entendimento sobre essa instituição, em termos de funcionamento, atores, hierarquias e conflitos, somando às demais pesquisas antropológicas sobre centros de atenção básica²².

O medo de um trecho sublinhado ser citado fora de contexto e fora da relação de confiança foi o que instaurou a sensação de insegurança e vulnerabilidade que essas pessoas nos apresentaram ao receberem suas entrevistas de volta. Reconhecemos que transformamos o oral em escrito, literalizando o que geralmente é formulado e amadurecido somente na linguagem oral. Exatamente como Mauss²¹ nos ensinou, um pedaço do outro em mãos erradas pode ser a oportunidade de produção de uma magia perigosa. Um pedaço da funcionária segue conosco depois de sua entrevista e o que for feito desse pedaço será de suma importância porque potencialmente ambivalente. Parece que selecionado, sublinhado, fracionado e descontextualizado, aquele trecho guarda ainda maior poder de destruição. As fun-

cionárias do centro de saúde nos contaram sobre esse espaço onde passavam grande parte de seus dias: elas nos revelaram os riscos que corriam diante de uma ação que eu chamaria de “bruxaria institucional”. Evidenciaram, portanto, os intensos regimes de poder e subordinação com que precisavam lidar cotidianamente dentro de uma instituição de saúde, mas também que poderiam facilmente ser instaurados por nós, pesquisadoras, em pleno trabalho de campo, mas nem sempre com plena percepção dos desdobramentos desses regimes e de seus riscos. Rial⁴, por exemplo, defendeu a impossibilidade da restituição “porque o artigo ou o filme serão percebidos de um modo que não dominamos e que podem ter pouca relação com o que foi antropológicamente realizado”. Mas nunca temos controle completo da realização nem tampouco dos desdobramentos de um projeto de pesquisa/extensão, e seria uma presunção ignorar o diálogo que muitas vezes continua a acontecer no encontro com o outro. Os dados antropológicos serão sempre reinterpretados, inclusive por nós com o passar dos anos. Por fim, sugiro que a imprevisibilidade da situação de devolução não deve nos acanhar de continuar experimentando fazê-la. Embora no caso aqui relatado um ruído tenha se configurado, fortemente problematizando nossas escolhas metodológicas, acredito que se intensificou o conhecimento mútuo entre nós e as entrevistadas, abrindo a possibilidade de revisar a antropologia e de aprimorar o entendimento sobre a realidade laboral no SUS.

Agradecimentos

Um primeiro rascunho deste texto foi apresentado no GT “Hospitais e instituições de saúde: Um espaço inspirador para as pesquisas em Ciências Sociais”, XV CISO – Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais, Teresina. Agradeço aos participantes do GT; a Monique Batista, Marcos Alvarenga, Luiza Rabello, Polliana Machado e Natharry Almeida que integraram a equipe do projeto de extensão e às funcionárias do centro de saúde que participaram do mesmo; à Debora Diniz, Gretel Echazú e Christine Alencar, Antonádia Borges e Cristina Patriota (minhas colegas da “Cozinha”, um precioso espaço de crítica afetiva aos textos em construção) que generosamente leram e comentaram diferentes versões desse texto.

Referências

1. Fleischer S, Alvarenga M, Almeida N, Rabello L, Esmeralda P, Batista M. “É muito duro esse trabalho”: Notas sobre um projeto de extensão em Antropologia. *Participação* 2012; 21:31-41.
2. Minayo MC. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; 2006.
3. Minayo MCS, Guerriero ICZ. “Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa”. *Cien Saude Colet* 2014; 19(4):1103-1112.
4. Rial C. Roubar a alma: ou as dificuldades da restituição. *Tessituras* 2014; 2(2): 201-212.
5. Borges A. Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas. *Cuadernos de Antropologia Social* 2009; 29:23-42.
6. Sanabria GV. *Ciência, justiça e cultura na controvérsia sul-africana sobre as causas e tratamentos da Aids* [tese]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2013.
7. Marques ACDR, Villela JM. O que se diz, o que se escreve. Etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco. *Rev Antropologia* 2005; 48:37-74.
8. Franchetto B. A guerra dos alfabetos: os povos indígenas na fronteira entre o oral e o escrito. *Mana* 2008; 14(1):31-59.
9. Bagno M. Norma linguística e preconceito social: questões de terminologia. *Veredas* 2001; 5:71-83.
10. Poirier J, Vlapier-Valladon S, Raybaut P. *Histórias de vida: Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora; 1999.
11. Chiacci A, Cavignac J. Ouvir a cultura: Antropólogos, memórias, narrativas. In: Lima Filho MF, Eckert C, Beltrão J, organizadores. *Antropologia e patrimônio cultural. Diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Editora Nova Letra; 2007. p. 319-342.
12. De Certeau M, Dominique J. A beleza do morto: o conceito de cultura popular. In: Revel J, organizador. *A invenção da sociedade*. Lisboa: DIFEL; 1989. p. 49-75.
13. Bezerra N, Fleischer S. A popularização de esfigmomanômetros e glicosímetros no bairro da Guariroba, Ceilândia/DF. *Sociedade e cultura* 2013; 16:183-193.
14. Fonseca C. Classe e recusa etnográfica. In: Fonseca C, Brites J, organizadoras. *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2006. p. 13-34.
15. Grossi M. *IX Reunião de Antropologia do Mercosul*. Curitiba, 10/07/2011, Comunicação pessoal.
16. Maluf S. Antropologia, narrativas e a busca de sentido. *Horizontes Antropológicos* 1999; 5(12):69-82.
17. Ferreira LO. A dimensão ética do diálogo antropológico: aprendendo a conversar com o nativo. In: Fleischer S, Schuch P, organizadoras. *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres/UnB; 2010. p. 141-158.
18. Heilborn ML. Uma abordagem sociológica da adolescência. In: Taquette SR, organizadora. *Aids e juventude. Gênero, classe e raça*. Rio de Janeiro: EdUERJ; 2009. p.183-196.
19. Knauth DR. As implicações éticas da pesquisa antropológica: uma reflexão a partir do caso da Aids. In: Victora C, Oliven RG, Maciel ME, Oro AP, organizadores. *Antropologia e Ética. O debate atual no Brasil*. Niterói: UFF; 2004. p. 131-136.
20. Duarte LFD. Ética de pesquisa e “correção política” em Antropologia. In: Victora C, Oliven RG, Maciel ME, Oro AP, organizadores. *Antropologia e Ética. O debate atual no Brasil*. Niterói: UFF; 2004. p. 125-130.
21. Mauss M. Esboço de uma teoria geral da magia. In: Mauss M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify; 2003. p. 47.
22. Pinto MAS, Najar AL. Cultura e instituições de saúde: estudando a participação de traços culturais da sociedade brasileira no processo de trabalho de serviços de atenção básica. *Cien Saude Colet* 2011; 16(11):4375-4384.

Artigo apresentado em 16/03/2015

Aprovado em 15/04/2015

Versão final apresentada em 17/04/2015